



PERIÓDICUS

ISSN: 2358-0844

n. 22, v. 1
jul.-ago.2025
p. 127-142

Gênero e colonialidade como marcadores das/nas ações em saúde da população transmasculina

(Gender and coloniality as markers of/in the health actions of the transmasculine population)

(Género y colonialidad como marcadores de/en las acciones de salud de la población transmasculina)

Benjamin Vanderlei dos Santos¹

Maria Teresa Nobre²

RESUMO: Nos debates sobre gênero, a presença de homens trans e pessoas transmasculinas tem sido cada vez mais significativa, sendo fundamental a ampliação do conhecimento sobre as questões relativas a essa população. Em virtude disso, o presente artigo tem por objetivo debater como as questões de gênero e colonialidade são marcadores que atravessam as ações em saúde da população transmasculina do nordeste brasileiro, discutindo esses processos a partir das trajetórias de vida de homens trans/pessoas transmasculinas acompanhadas através de um percurso etnografado desenvolvido na cidade de Recife (PE). Os resultados apontam para a necessidade de maior problematização da cisgêneridade enquanto categoria que orienta a construção diagnóstica da transgêneridade, correlacionando-a com a matriz colonial de poder. Dentre os muitos achados da pesquisa - que dialogou com as multiplicidades na constituição do ser/se fazer homem que atravessam as experiências de homens trans/pessoas transmasculinas no nordeste brasileiro - destacamos neste artigo o acesso à saúde e seus impactos sobre o cuidado integral por parte de homens trans/pessoas transmasculinas.

PALAVRAS-CHAVE: colonialismo; saúde; nordeste; etnografia; transmasculinidades.

Abstract: In debates about gender, the presence of trans men and transmasculine people has been increasingly significant, making it essential to expand knowledge about issues relating to this population. As a result, this article aims to debate how issues of gender and coloniality are markers that permeate the health actions of the transmasculine population in northeastern Brazil, discussing these processes based on the life trajectories of trans men/transmasculine people monitored through of an ethnographic route developed in the city of Recife (PE). The results point to the need for greater problematization of cisgenderity as a category that guides the diagnostic construction of transgenderity, correlating with the colonial matrix of power. Among the many findings of the research - which discussed the multiplicities in the constitution of being/becoming a man that cross the experiences of trans men/transmasculine people in northeastern Brazil - we highlight in this article access to health and its impacts on comprehensive care on the part of trans men/transmasculine people.

Keywords: colonialism; health; North East; ethnography; transmasculinities

Resumen: En los debates sobre género, la presencia de hombres trans y personas transmasculinas ha sido cada vez más significativa, por lo que resulta imprescindible ampliar el conocimiento sobre cuestiones relativas a esta población. Como resultado, este artículo tiene como objetivo debatir cómo las cuestiones de género y colonialidad son marcadores que permean las acciones de salud de la población transmasculina en el noreste de Brasil, discutiendo estos procesos a partir de las trayectorias de vida de hombres trans/personas transmasculinas monitoreadas a través de una ruta etnográfica desarrollado en la ciudad de Recife (PE). Los resultados apuntan a la necesidad de una mayor problematización de la cisgéneridad como categoría que orienta la construcción diagnóstica de la transgéneridad, correlacionándose con la matriz colonial de poder. Entre los muchos hallazgos de la investigación - que discutió las multiplicidades en la constitución del ser/devenir hombre que atraviesan las experiencias de hombres trans/personas transmasculinas en el noreste de Brasil - destacamos en este artículo el acceso a la salud y sus impactos en la atención integral de la parte de hombres trans/personas transmasculinas.

Palabras clave: colonialismo; salud; Noreste; etnografía; transmasculinidades

1 Doutor em Psicologia. Professor do Centro Universitário Mário Pontes Jucá – UMJ e da UNINASSAU (Maceió/AL). E-mail: benjaminvanderlei@outlook.com.

2 Doutora em Sociologia. Professora do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGpsi/UFRN). E-mail: tlnobre@hotmail.com.



1 Introdução

Os debates sobre gênero não são novos na narrativa acadêmica, e vem passando por dimensões que caminham desde análises binaristas até perspectivas relacionais. Por conta disso, não há como escaparmos do modo como as relações de gênero se constituem na produção do saber científico.

O gênero está no cotidiano, nos agenciamentos entre masculino, feminino ou nenhum dos dois, na multiplicidade dentro deles e, também, nas limitações que aparentam. Na busca pela tentativa de fuga do binarismo, não é incomum se ver cooptado pelas lógicas que entendem essas expressões de gênero como opostas, fazendo disso um aspecto mantenedor da ordem social.

O modelo de pensamento binário opera a partir de sistemas de exclusão: ou um ou outro, verdadeiro ou falso, certo ou errado e assim sucessivamente. Por conta disso, a positivação das alteridades se encontra limitada dentro de parâmetros hegemônicos, fazendo com que pessoas que se encontram em posição de subalternidade precisem elaborar validações sobre suas experiências.

Nesse sentido, o presente artigo tem por objetivo debater como as questões de gênero e colonialidade são marcadores que atravessam as ações em saúde da população transmasculina no nordeste brasileiro. Essa discussão parte de alguns princípios: 1) a cisgeneridade como uma categoria não problematizada pelos próprios profissionais da rede, fazendo com que a transgeneridade seja uma mera questão de adequação corporal a partir de parâmetros biomédicos; 2) gênero enquanto parte de uma matriz colonial das relações de poder; e 3) como a masculinidade atravessa a construção do pensamento científico.

Para começar, importante situar o que se caracteriza como cisgeneridade. Segundo Jaqueline Jesus (2012, p. 25) cisgênero ou “cis” é um “conceito ‘guarda-chuva’ que abrange pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi determinado quando de seu nascimento”. Importante considerarmos o aspecto da determinação, pois tal atributo é resultante da lógica de gênero experienciada por cada sociedade. De acordo com a mesma autora, pessoas transgênero, refere-se ao “conceito ‘guarda-chuva’ que abrange um grupo diversificado de pessoas que não se identificam, em graus diferentes, com comportamentos e/ou papéis esperados do gênero que lhes foi determinado quando de seu nascimento” (Jesus, 2012, p. 25).

Partindo desses conceitos operamos algumas análises. Tanto cisgênero, quanto transgênero, como dito acima, são conceitos guarda-chuva, isto é, dimensionam, mas não determinam as experiências de cisgeneridade e transgeneridade. Assim, é possível identificar-se com uma parte ou outra das experiências de gênero, sem necessariamente deixar de ser cis ou trans. Um outro ponto indica a determinação no nascimento, ou seja, não se trata de uma afirmação daquele que



nasce, mas de uma imposição dentro de uma estrutura normativa social: o gênero enquanto uma premissa binária, ou homem ou mulher. Nesse ponto, é o gênero quem produz o sexo, definindo suas expressões e as características desejadas para a prática.

Com isso, a necessidade de nomeação somente se dá quando há a divergência de um desses elementos, dado que aqueles que se identificam com a ordem normativa de sexo/gênero/desejo, a saber, masculino/homem/heterossexual (Butler, 2003) não necessitam de definição/nomeação. Afinal, operam os padrões desejados para a manutenção da lógica social. Nesse sentido, a constituição de um diagnóstico de transgeneridade se dá em razão da necessidade de nomeação, em busca da adequação de experiências gênero-diversas.

A constituição de um dispositivo da transexualidade é resultado das experiências médicas e psicológicas de alguns pesquisadores como: Hirschfield em 1910, Caudwell em 1949, Benjamin em 1953 e Money em 1973 (Bento, 2006). A partir dessas experiências, passou-se a considerar um “fenômeno”, que até então era entendido como psíquico, como sendo meramente influenciado pelos processos bioquímicos, resultantes da criação de hormônios sintéticos nos EUA (Preciado, 2018). Constituiu-se, assim, um conjunto de protocolos cirúrgicos e endocrinológicos, fazendo com que o diagnóstico da transexualidade funcionasse enquanto um dispositivo domesticador. Deste modo, a disforia de gênero passou a ser um aspecto primordial na compreensão da transexualidade, pois foi a responsável por delinear a prática clínica.

Com essa breve genealogia, é possível notar como as relações que se estabelecem a partir da normatividade de gênero caminham pela observação e definição do “outro”, ancorado em um conjunto de protocolos que tinha por objetivo legitimar a prática médica que se propunha. A compreensão daquilo que se define como cisgênero não envolvia a relação de um corpo congruente com o gênero determinado no nascimento. Entendia-se que a congruência era parte do destino natural das experiências humanas, definindo tal congruência como normal e a transgeneridade como patológica.

Em razão disso, tratar a cisgeneridade enquanto uma categoria conceitual significa:

Demonstrar a profunda, ampla e generalizada invisibilização e marginalidade contra pessoas e comunidades trans travestis em espaços demais mundo afora [...] constituiu-se como um esforço para superar as assimetrias presentes na construção discursiva das identidades de gênero não cisgêneras (trans, travestis, entre outras) (Vergueiro, 2016, p. 256)

Isso aponta para uma relação de poder, a qual se estabelece a partir de parâmetros naturalistas como inerentes às características de homens e mulheres, dentro de uma lógica binária. Sendo poder um aspecto difuso que depende da mobilidade das relações (Foucault, 2021) é a partir



da construção do masculino e feminino como signos opostos de um sistema que ordena as relações sociais, que se estabelecem sentidos entre as noções de cisgênero e transgênero, produzindo as assimetrias sinalizadas acima.

Isso se exemplifica ao sinalizarmos que para os saberes ‘psi’ (a psiquistria, a psicologia e a psicanálise), alinhados aos saberes biomédicos envolvidos no processo, as pessoas que se apresentassem como não-cisgêneras deveriam se submeter a um acompanhamento psicoterapêutico considerado rígido. Este tinha por objetivo certificar a disforia de gênero e realizar a terapêutica adequada, a qual seria a transformação daquele corpo em um outro, com todas as características consideradas como próprias de um corpo cisgênero, onde hormônios e cirurgias teriam privilégio dentro das ações indicadas. Esse conjunto de práticas discursivas e não-discursivas fundaram um campo de dominação que caracterizaria a forma como os saberes sinalizados exerceriam/exercem seu poder frente ao que se denomina experiência transexual, constituindo o dispositivo da transexualidade. Entender essas questões a partir de um dispositivo da transexualidade (Bento, 2006) nos auxilia na compreensão dos agenciamentos que se formam em relação ao modo de atuação de profissionais da saúde, tratando a transgeneridade como uma busca por um conjunto de procedimentos de adequação corporal.

Por conta desses aspectos, os cursos de graduação na área da saúde ao tratar das questões de gênero e sexualidade tem pautado esses debates dentro da mesma perspectiva: não nomeiam os impactos da cisgeneridade em seus currículos, operacionalizam a partir de uma lógica de tutela não reflexiva sobre como a produção de um saber-poder impacta na prática profissional, além de reduzir as discussões a tal ponto em que somente pessoas trans possuem gênero. Partindo dessas problematizações, há que se pensar a influência desse processo na atuação profissional e seus impactos para os usuários de sistemas de saúde.

As transmasculinidades têm emergido cada vez mais no debate brasileiro: seja como um sujeito político, como pesquisadores e/ou pesquisados. Desde o artigo de Guilherme Almeida (2012) sobre a emergência das transmasculinidades enquanto uma categoria diversa, até os debates recentes sobre transfeminismo e transmasculinidades de nomes como Leonardo Peçanha (Peçanha *et al.*, 2023), passando pelas discussões sobre despatologização com André Guerreiro (2014; 2015), homens trans e pessoas transmasculinas não mais passam despercebidas como sujeitos implicados no cotidiano das transformações sociais.

Homens trans são todas as pessoas que “reivindicam o reconhecimento social e legal como homem” (Jesus, 2012, p. 27). Essa nomenclatura pode abranger também transhomens, transmasculino, boyceta, FtM (Female-to-Male), entre outras. Essas pessoas, ao reivindicar



o reconhecimento social como homem experienciam situações específicas no que se refere ao acompanhamento em saúde. Por conta disso, é fundamental cada vez mais problematizarmos os impactos que uma noção cisgenerista dos currículos em saúde têm na formação e na prática profissional.

Nesse artigo, apresentamos dados da pesquisa de doutorado do primeiro autor³ que realizou uma etnografando acerca das multiplicidades de experiências na constituição do ser/se fazer homem, produzida a partir das narrativas de homens trans/pessoas transmasculinas do nordeste brasileiro. A pesquisa se desenvolveu nos estados de Alagoas, Maranhão, Pernambuco e Piauí, durante o segundo semestre de 2022; e no Rio Grande do Norte, em 2023. Para este artigo trazemos um recorte dessa discussão referente ao trabalho de campo realizado em Recife-PE, com foco nas relações de gênero e colonialidade, situadas no sistema de saúde e seus impactos no acesso às políticas públicas por parte de homens trans/pessoas transmasculinas naquela cidade.

A seguir, aprofundamos a discussão de gênero enquanto uma matriz colonial de poder, apresentamos a metodologia utilizada, as narrativas transmasculinas de acesso à saúde das pessoas que participaram do estudo e as reflexões emergentes da pesquisa realizada.

2 Gênero enquanto uma matriz colonial de poder

Ao debater sobre aspectos que atravessam as relações sociais na América Latina é necessário levar em conta os impactos produzidos pelo colonialismo, que trata dos processos históricos ocorridos com a invasão de europeus aos territórios americanos. Ocorridas a partir do séc. XV, essas invasões, à medida que avançavam, estabeleceram-se de tal modo que fundaram um novo padrão de poder mundial: a colonialidade. Isso se deu através da criação de estruturas de controle e poder, perdurando até os dias atuais (Quijano, 2005).

Um dos aspectos da colonialidade, segundo Fanon (2010), trata-se justamente da produção de hierarquias identitárias, que como situa o autor, em relação a América Latina, constituiu-se a partir do elemento raça, legitimando relações hierárquicas, de superioridade do homem europeu, branco e heterossexual. No entanto, o estabelecimento dessas relações não se dava somente através daquilo que Quijano (2005) denominou de colonialidade do poder, mas, segundo Mignolo (2010) de uma matriz colonial de poder onde se entrelaçam os controles da economia, da autoridade, da natureza, dos recursos naturais, do gênero, da sexualidade, da subjetividade e do conhecimento. Este sistema conforma a tríade do colonialismo, assentada sobre o poder, o saber e o ser, espalhando a

³ A tese se intitula “Trafegando por mares, rios, dunas e folhas-secas: o entre-lugar das transmasculinidades no Nordeste brasileiro” defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPgPsi/UFRN) (Santos, 2024), sob orientação da segunda autora.



ideologia colonial e o exercício da dominação sobre todas as esferas da vida dos povos colonizados, seus territórios, sua organização social, seus saberes. Tal configuração se constituiu como um genocídio e etnocídio, com seus efeitos seculares arraigados na contemporaneidade, sendo ponto de conexão atual entre modernidade e capitalismo/imperialismo (Mignolo, 2007).

É a partir desses processos que Preciado (2022, p. 32) aponta que o corpo reconhecido como humano é aquele designado com “o sexo ou gênero masculino ao nascer e que foi marcado como branco, válido e nacional”, sendo aquele que “tem o monopólio do uso das técnicas de violência”. Essa validade junto ao monopólio não somente das técnicas de violência, mas também das técnicas de extração fóssil, alinhado com o sistema capitalista, é o que formula uma estética petrossexoracial, articulando os regimes de patriarcado e colonialidade.

Nesse sentido, entender o gênero como parte da matriz colonial de poder, em relação às experiências de homens trans e pessoas transmasculinas, deve levar em consideração os agenciamentos que se produzem entre masculinidade e transgeneridade, dado que eles possuem dois aspectos. Num aspecto epistemológico, considerando a fundação das ciências a partir de um sentido masculinista (Connell, 2003), a transgeneridade é uma produção diagnóstica fruto de uma lógica de pensamento binária e excludente, a qual produz uma marca patológica nas experiências de gênero diversas. Já em relação à constituição de si, masculinidade e transgeneridade caminham em uma interrelação, onde as características corporais de um homem trans/pessoa transmasculina não funcionam (e nem devem funcionar) como modo de produção de um regime de poder. Pois, como nos lembra Anzaldúa (1987), não se pode tomar as transmasculinidades como uma masculinidade opressora, sob o risco de cometermos uma injustiça.

Isto não significa dizer que homens trans/pessoas transmasculinas estejam isentas do cometimento de machismos ou que não possam também exercer poder de modo hierárquico e opressor. Porém, quando a transgeneridade é, em si mesma, resultado de um regime masculinista de exclusão, as masculinidades produzidas por homens trans/pessoas transmasculinas já estão contaminadas pela matriz colonial de poder, de modo que há um corpo a ser marcado como válido, e esse corpo tem, necessariamente, características cisgêneras.

3 Metodologia: uma composição etnografica

Adotando uma perspectiva narrativa, os dados da pesquisa que dá origem a este artigo são o resultado de incursões etnográficas desdobradas a partir do acompanhamento de processos ocorridos na cidade de Recife (PE), onde houve o encontro com 5 homens trans/pessoas transmasculinas.



A inserção no campo se deu, inicialmente, através de contatos com pessoas amigas residentes na cidade, especialmente pela mediação de um deles, também psicólogo e homem trans, que divulgou a proposta de um encontro em alguns grupos de Whatsapp sobre a pesquisa. A partir de então, seguiram-se a participação em encontros de um coletivo de homens trans/pessoas transmasculinas, reuniões, caminhadas e incursões por espaços da cidade, conversas informais e entrevistas semiestruturadas com questões abertas. Também foi produzido um diário de campo para registro de impressões, observações e experimentações de escrita. Apostamos, portanto, em modos de “praticar a rua” como metodologia de trabalho para o estabelecimento do encontro com outros homens trans/pessoas transmasculinas. Não porque de outro modo não poderia acessá-los, mas por entender a criação como uma “teoria vivida” (Peirano, 2008) passa por ocupar um território existencial, compreendendo os sentidos e modos de expressão que nos circulam (Alvarez; Passos, 2021). Deslocar, estranhar, trafegar.

As reflexões aqui apresentadas se ancoram tanto na etnografia, quanto na cartografia, o que nos fez considerar uma composição entre ambas, daí a propositura de uma etnocartografia. Não se trata de junção ou de intersecção entre os dois métodos, mas de um posicionamento que é ético antes de tudo, no sentido de considerar o “ato de pesquisar como afirmação da vida, em especial de vidas precárias” (Nobre; Amorim; Frangella, 2019, p. 56).

Ainda que possamos identificar o fazer etnográfico enquanto modo singular de estar e vivenciar intensamente o campo, e o fazer cartográfico como agenciamento de afetos e mapeamento de intensidades, o que nos interessa é o que está no caminho do meio, no ‘entre’ eles: o exercício ou a mestiçagem ao tecer diálogos entre campos epistemológicos e metodológicos que se cruzam, se mesclam, borram fronteiras e desejam produzir o novo, sobretudo no encontro com as pessoas e na afirmação das suas vidas e das suas diferenças.

Nesta composição entre etnografia e cartografia, nos apropriamos do caráter preponderante do método etnográfico, qual seja, o estranhamento, compreendendo que se trata de um modo de inserção e imersão em um campo, que está para além da experiência territorial, embora seja atravessada por ela (Malinowski, 2018; Peirano, 2008).

A etnografia é a inscrição da análise daquilo que estranhemos não só no outro, mas em nós mesmos, nos nossos territórios, sejam eles materiais ou existenciais. Estranhar é deslocar-se, é pôr em análise as teorias que já consolidadas, nos inquietam e nos levam a pensar: “será que é isso mesmo?”. É estar no campo, seja ele geográfico, virtual, ficcional etc., impelido a olhar para si, quando as falas do outro nos fazem perceber que o cotidiano é um espaço de reinvenções contínuas. Do contrário, produziríamos um estranhamento que vê o outro como uma alteridade



que não se alcança, que só se faria possível por uma barreira muito bem colocada de que eles estão num lugar muito diverso de nós. Mas quem seriam eles? Nós? Os outros?

O estranhamento etnográfico permite que a escrita da alteridade nos leve a “formular uma ideia de humanidade construída pelas diferenças” (Peirano, 1995) e constituir tais diferenças nos leva a amplitude do que pode ser um sujeito (Viveiros de Castro, 2002). Aqui, a barreira do nós *versus* eles representa a abertura “à possibilidade de que a pesquisa de campo possa revelar, não ao pesquisador, mas no pesquisador, aquele resíduo incompreensível, mas potencialmente revelador” (Peirano, 1995). O encontro com os narradores, homens trans/pessoas transmasculinas, produziu no pesquisador, também homem trans, a possibilidade de enunciar e reiterar os rasgos que são feitos, quando não somente se compreende “o pensamento objetivo” do sujeito como “expressão de um mundo possível” (Viveiros de Castro, 2002), mas quando as lógicas contraditórias que fundamentam o mundo na construção da masculinidade são postas em análise. Elas desmontam um quebra-cabeça que vai muito além da relação ‘Eu-Outro’. Trata-se de fundação, paramentação e consolidação das relações de poder que movem as estruturas, as quais nos colocam numa disputa que não cessa, pois foram feitas para capturar inclusive o nosso modo de construção do conhecimento.

Por outro lado, também nos guiamos por uma implicação cartográfica. A cartografia, tal como proposta por Deleuze e Guattari (2011), não produz um decalque ou uma interpretação de fatos e acontecimentos vividos num campo, mas observa os agenciamentos que ocorrem nas trajetórias acompanhadas. Deste modo, a partir da própria experiência de quem observa e escreve, produz-se uma nova experiência, construções narrativas articuladas, dado que só é possível construir um saber da experiência quando se articula conhecimento e vida (Bondía, 2002), criando intensidades, sempre provisórias.

Pensamos a cartografia como um caminho, que ao ser traçado, tem o compromisso de conectar as experiências produzidas pelo encontro entre o pesquisador, um psicólogo, nordestino, homem trans, com outros homens trans/pessoas transmasculinas. Interessava estar atento ao que emerge a partir desse encontro, para pensar os sentidos de masculinidades que se ramificam dessas escutas, buscando o micropolítico, as práticas “minoritárias”, o que produz desvio e insurgências no plano das hierarquias e dos binarismos.

Mapear os fluxos e agenciamentos que se dão entre o que se pesquisa e a realidade, a partir da cartografia, é criar imagens que se firmam pelo “acompanhamento dos movimentos das subjetividades e dos territórios” (Kastrup; Barros, 2021, p. 77). Ao habitar esses territórios, que não são apenas geográficos, mas existenciais, inventamos outros modos de fazer pesquisa,



pensando o campo enquanto um espaço de criação, que se faz a partir da sua ocupação espacial e das cores, sons, histórias. A escuta, ferramenta tão cara ao trabalho da Psicologia, passa a compor com a observação, as sensações, os toques, os cheiros, os incômodos e as inquietações produzidas. Pretende-se, assim, romper a cosmovisão ocidental que tem bases no dualismo cartesiano onde o corpo é visto como uma armadilha contra a racionalidade (Oyewumi, 2021).

Pensar a partir de uma perspectiva cartográfica é pensar uma política narrativa que dissolva as posições instituídas entre pesquisador e objeto de pesquisa (Alvarez; Passos, 2020), pois o primeiro homem trans que tece as narrativas da pesquisa que dá origem a este artigo é o próprio pesquisador. Por esta razão não é possível ignorar este lugar, mas assumir a assimetria na construção narrativa da pesquisa, buscando tratar desta assimetria e seus desdobramentos ao longo do texto, produzindo com a experiência e não sobre ela. Essa experiência que se produz no campo de pesquisa, que se faz na própria vida, aponta para uma narrativa que não se encerra no sujeito, pois “o sujeito é, ele próprio, um agenciamento de enunciação” e só existe diante de certas engrenagens e de determinados agenciamentos. Por isso, o agenciamento de enunciação é sempre coletivo.

Etnocartografar é uma estratégia narrativa que borra as fronteiras dualistas que firmam o par pesquisador/pesquisado. Ela passa também pelo deslocamento dos pares binários que fundamentam a relação pesquisador/pesquisado. Assim, não se trata de validar ou legitimar as narrativas, mas dialogar com elas a partir do modo como se apresentam no campo, nas relações, nos encontros, nas afetações mútuas. Trata-se de se deixar afetar por elas, acompanhá-las nas suas intensidades e numa perspectiva coletiva, ética e política, produzir novos desenhos, novos mapas, outras possibilidades.

Assim, o fazer etnocartográfico pode ser também um modo de invenção de vida, traduzido no/pelo cotidiano, pois é um processo que se inscreve através dos deslocamentos/estranhamentos necessários ao processo criativo. Deste modo, ir ao encontro dos sujeitos narradores nesta pesquisa, e traçar um caminho junto deles em seus percursos diários, permitiu o diálogo sobre as tensões, aberturas, rupturas e afetos, produzindo um deslocamento/estranhamento no pesquisador, que foi tanto geográfico, quanto narrativo, como veremos a seguir.

4 Narrativas transmasculinas de acesso à saúde no nordeste brasileiro: colonialidade e relações de poder

Quando compreendemos que a matriz colonial de poder se entrelaça em aspectos econômicos, de autoridade, recursos naturais, sexualidade, gênero, subjetividade e conhecimento,



é preciso considerar que o campo da saúde também está “dominado pelo colonialismo do ser, saber e poder” (Bezerra *et al.*, 2023, p. 02). Desse modo, as ações em saúde operam no sentido de deslegitimar saberes fora do padrão biomédico, que funcionam à base de prescrições e determinam aquilo que o outro deve ou não realizar.

Retornando a construção do dispositivo da transexualidade sob a luz dos processos de colonialidade, podemos perceber as imposições de controle no que se refere a autoridade, sexualidade, gênero, subjetividade e conhecimento. O controle de autoridade se exerce a partir da chancela sobre o aspecto disfórico que caracteriza a produção diagnóstica de pessoas trans, definindo o que é saúde e o que é doença.

- Aí tem um ponto que para você fazer mastectomia você tem que ter um laudo de durante um ano do endócrino, eu acho isso horrível porque tipo têm casos lá...
- Tem laudo psiquiátrico lá?
- Tem, aí eu acho horrível porque porra nem todo mundo quer tomar hormônio e aí o endócrino vai acompanhar o que exatamente? Sabe? Só que as taxas estão normais, mas e se o plano, sei lá, pede o exame e aí observa que as taxas de testosterona não tá dentro de um padrão ele nega, entendeu? E aí tipo, não faz sentido, sabe?
(Recife/PE – Trecho retirado de entrevista – Outubro, 2022)

O controle de autoridade é o que permite que, a partir da imposição do uso de hormônios para indicar a expressão da transgeneridade, faça com que a caracterização necessite da obrigatoriedade dos parâmetros hormonais dentro de padrões cisgêneros, indicando quem pode ou não acessar uma cirurgia de mastectomia, dado que essa só poderia se realizar num contexto em que houvesse garantia de que se trata de uma pessoa transexual, pois do contrário, seria considerado uma ação mutilatória.

Além disso, o laudo psiquiátrico caracteriza sobremaneira o controle da subjetividade e do conhecimento. Primeiro porque, em se tratando do imaginário relacionado à psiquiatria e à construção de um campo da loucura, a constatação da disforia é um modo de apontar as experiências gênero-diversas como insuportáveis, necessitando de um tratamento que atenuie esse sofrimento. Já o controle do conhecimento ocorre a partir da capacidade de definir se aquilo que o outro sente é um aspecto psicopatológico ou não, operando de modo, tanto a moldar o que se sente, quanto de explicar o que se sente, tendo a legitimidade para isso.

Em relação ao controle do gênero e da sexualidade, tomemos o seguinte fragmento narrativo

– Porque é isso, a gente é aquele objeto de estudo, né? A gente tá ali para ser visto, estudado, com a premissa de que as pessoas vão atender a gente melhor se elas tiverem acesso ao nosso corpo e é uma mentira. Quantos anos tá aí o CISAM, por exemplo, e a gente tem uma médica super escrota que acha que transmasculino não pode engravidar, sabe?
- É por isso que ela fica mandando a gente usar DIU?
- Exato. Ela é compulsória por botar DIU na boceta de transmasculino, né? Quando eu fui falar pra ela que queria engravidar ela disse “ah então vamos fazer assim, quarta que vem você coloca o DIU.” Não, mas eu tô dizendo que quero engravidar, eu vou botar um DIU



na minha boceta por quê? Então é nesse nível, sabe? Do quanto que as pessoas têm esse controle nesses corpos, nossos corpos tão aí pra serem apalpadados mesmo, né? Por quem quer que queira, né?
(Recife/PE – Trecho retirado de entrevista – Outubro, 2022)

A partir de uma leitura cisgênera, os corpos devem exibir gêneros inteligíveis, no caso, gêneros que mantêm coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo (Butler, 2003). Então, vejamos, a partir do momento em que uma pessoa assume o reconhecimento legal e social como homem, dentro um regime de controle de gênero e sexualidade, ela deve produzir uma coerência entre masculino-homem-heterossexual-ativo-pai, pois tal ordenamento social é a expressão da cisgeneridade compulsória, especialmente nos contextos biomédicos em que o determinismo biológico é tomado como base para as concepções de gênero, orientando as práticas profissionais (Silva *et al.*, 2019; Bagagli, 2016).

Desse modo, quando profissionais da saúde obrigam pessoas trans a usarem DIU, impedindo seu direito de escolha sobre engravidar ou até mesmo encaminhando para cirurgias como a retirada de útero, isso se trata do exercício do controle para que não se quebre os sentidos praticados por gêneros inteligíveis, pois afetaria diretamente o modo como operam as relações coloniais de poder.

Se homem não engravida, o símbolo da gravidez como aspecto imaculado do signo do feminino, ao ser positivado na experiência de masculinidades de homens trans/pessoas transmasculinas, desterritorializa gêneros inteligíveis e abala as imposições da colonialidade do poder, demonstrando que este somente se constrói a partir de manutenção de lógicas impostas através de regimes de violência, construídas sob um paradigma ciscentrista.

A visão de mundo ciscentrista possui duas dimensões: a) sexo biológico como determinante do gênero; e que b) só há dois sexos, binários e excludentes como padrão de normalidade das genitálias e das características sexuais (Gaspodini; Jesus, 2020). A partir dessas duas dimensões, o ciscentrismo produz ações cisgeneristas e cissexistas sendo “as práticas de invisibilização e estigmatização do gênero de pessoas não cisgênero (cisgenerismo) [e as que] invisibilizam e estigmatizam pessoas não cissexuais (cissexismo)” (Gaspodini & Jesus, 2020, p. 13).

Essa visão ciscentrista do mundo está arraigada inclusive no funcionamento dos sistemas de saúde, nesse caso: o uso inadequado dos pronomes de tratamento, a necessidade de laudo e a obrigatoriedade de um profissional da endocrinologia como critérios para acompanhamento do Processo Transexualizador, são alguns dos exemplos dessa crença. Por conta disso, o cisgenerismo é uma marca nas estruturas de saúde que escorre pela tênue linha que diferencia cuidar de tutela, reafirmando a posição dos profissionais como detentores de um saber que, enquanto poder, se torna capaz de ditar o funcionamento das subjetividades. Criando a doença, a cura e fazendo delas



o próprio mercado.

Deslocamos, então, a incongruência de gênero para apontar como as crenças de superioridade são uma incongruência em si mesmas, pois só se perpetuam a partir da violência que produzem no outro. Ao produzir normativas sobre gênero, produz também a própria incapacidade de expressão, sendo um sistema incapaz de dar conta do gênero como é experienciado no cotidiano.

Se no que se refere ao gênero, o ciscentrismo produz uma matriz de superioridade de gênero. Em relação às práticas sexuais, é o heterocentrismo dá conta de perpetuar essa lógica, pois:

[É] capaz de perceber e categorizar o universo das orientações sexuais a partir de uma ótica centrada em uma heterossexualidade estereotipada considerada dominante e normal, não apenas como estatística, mas principalmente no sentido moralizante do termo (Jesus, 2013, p. 366).

É a partir da compreensão da heterossexualidade como dominante e normal que se tem a inferiorização de determinadas práticas que passam a ser consideradas desviantes. Nesse aspecto, não é de se estranhar que a cirurgia de modificação do órgão genital passe a ser chamada de cirurgia de afirmação de gênero, pois tal modificação seria a responsável pela execução da uma prática sexual heteronormativa, a qual dá forma às operações sociais que contemplam os sentidos de ser homem/ser mulher. Quanto a isso, algumas falas do campo nos auxiliam na discussão:

Eu sempre falo que eu tenho poucos problemas por ser trans [...] têm momentos que sofro com isso principalmente quando eu preciso. Em agosto, tive algumas dores e usava DIU na época, aí acharam que era ele e os olhares das pessoas quando eu chegava no local que é dito de um local para mulher, a cara do pessoal da recepção, as médicas, o médico mesmo que poderia ter feito um procedimento, não fez, me mandou pra casa com dor e aí no outro dia eu tive que voltar em outro hospital. Isso porque a ginecologista que me acompanha indicou ir pra lá e falar o nome dela, e mesmo assim a mulher falou, a médica que tirou falou “suba na maca e tire sua calcinha”. Então assim, por mais que fosse alguém (um profissional) que tivesse disposto a entender sobre, (você) ainda passa por essas coisas, entendeu? Ainda faz esses constrangimentos. E no momento que você tá com dor. (Recife/PE – Trecho retirado de entrevista – Outubro, 2022)

Em relação ao acompanhamento quanto ao uso do DIU por parte de homens trans e pessoas transmasculinas, podemos observar como operam simultaneamente o cisgenderismo e o heterocentrismo. Se o DIU é o instrumento utilizado como forma de contraceptivo para pessoas que possuem vagina e vagina é considerado um órgão de mulher, logo quem usa DIU é mulher e roupa íntima para mulher é calcinha. Ao mesmo tempo, quando homens trans e pessoas transmasculinas sinalizam o desejo pela gravidez, a função do profissional da saúde acaba sendo a de evitar que tal ocorrência se dê, pois, afinal, homem não engravida, pois isso o faria sair da lógica homem pênis-ativo-penetração-ejaculação. Isso ocorre em razão da naturalização de corpos cis alinhados a práticas heteronormativas, o que naturaliza a ocorrência desse tipo de violência, fruto também da cisgenderidade e heterossexualidade compulsória. Ao afirmar que homens trans e



pessoas transmasculinas não gestam, fecha-se todo um ciclo de acesso a acompanhamentos que deveriam ser garantidos nos sistemas de saúde, mas que, sendo estes fundamentados em ideais cisheteronormativos, o que ocorre são situações de violência cotidianas. Mais ainda, reafirmam a cisgenderidade como único caminho possível para uma expressão de gênero considerada “saúdável”.

Juntos, ciscentrismo e heterocentrismo, resultantes de uma lógica masculinizada e binarista de pensamento, operam a partir de dualidades onde somente um dos lados desta dualidade pode ser tratado como verdade em oposição à mentira. A lógica da neutralidade acaba por esbarrar na prática onde, determinados corpos, ao acessarem determinados serviços, merecem respeito, sigilo e proteção da imagem, enquanto outros, devem ser escancarados para escrutínio público por fugirem às normativas de gênero e sexualidade, produzindo uma inteligibilidade entre aqueles que são mais ou menos humanos, entre quais vidas são habitáveis e quais corpos seguem tendo direito a ter a imagem de um corpo digno de celebração, cuidado e afeto (Butler, 2011).

Desse modo, podemos perguntar: até que ponto é possível pensar estratégias de saúde integral se os parâmetros de atuação estão fundados dentro de uma lógica cisgênera? Como produzir cuidado a partir de um regime que funciona sob a prescrição sobre o que deve ou não ser considerado saúde e doença?

A colonialidade enquanto regime de poder nos leva a caminhos quase sempre contraditórios. Sendo assim, ao observar as implicações que a normatividade produz nas trajetórias de vida de homens trans/pessoas transmasculinas é fundamental caracterizar quais aspectos estão imbricados nesse processo e como se apresentam no cotidiano, para que, ao produzir a reflexividade sobre esses relatos possamos nos deslocar do lugar comum ao qual o controle do conhecimento nos convoca.

5 Considerações finais

No presente artigo, apresentamos como as transmasculinidades estão agenciadas dentro de um regime de colonialidade, dialogando sobre o modo como o gênero se consolida enquanto um aspecto de controle, definindo parâmetros de sexualidade, subjetividade e produção de conhecimento.

Esses processos estão elencados, seja na dimensão da construção binária do pensamento científico - o qual se operacionaliza através de valores opostos como verdadeiro/falso, certo/errado, saúde/doença -, seja na definição das lógicas normativas que fundamentam os regimes de verdade sobre gênero e sexualidade.

A partir disso, as relações que se produzem no acompanhamento em saúde acabam por



reproduzir e reforçar a matriz colonial de poder, colocando em xeque as formas de atuação que se apresentam numa perspectiva integral, pois esbarram num funcionamento referenciado para corpos normativos e gêneros inteligíveis.

Nesse sentido, não se trata de pensar somente as dificuldades de acesso aos sistemas de saúde, às políticas públicas, aos diversos entraves sociais que homens trans/pessoas transmasculinas sofrem ao experienciar gêneros não-conformativos, mas traçar as rotas que subalternizam corpos dissidentes a partir da construção de uma identidade. Por esse motivo, a pesquisa que deu origem a este artigo e ele próprio, são também uma proposta de deslocamento narrativo na construção de discursos como pontos de resistência, pois situa-se dentro dos jogos estratégicos que se produzem nas/das relações de poder (Foucault, 1984). Assumir a condição de pesquisador, homem trans, nordestino e psicólogo, não se trata meramente de enunciar um lugar de fala, como afirma Djamila Ribeiro (2017). Trata-se das rasuras e pontos de intersecção que atravessam esses encontros, de modo a torná-los potência, pontos de ruptura, inversão e invenção de novos caminhos.

Referências

- ANZALDUA, Gloria. La conciencia de La mestiza/Towards a New Consciousness. In: ANZALDUA, G. *Bordelands – La Frontera – The New Mestiza*. San Francisco: aunt lute books, 1987.
- ALMEIDA, Guilherme. ‘Homens trans’: novos matizes na aquarela das masculinidades? *Rev. Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 513-523, maio/agosto 2012.
- ALVAREZ, Johnny; PASSOS, Eduardo. Cartografar é habitar um território existencial. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virginia; ESCÓSSIA, Liliana. (org.) *Pistas do método da cartografia*. Porto Alegre: Sulina, 2021. p. 131-149.
- BAGAGLI, Beatriz Pagliarini. A diferença trans no gênero para além da patologização. *Revista Periodicus*, Salvador, n. 5, p. 87-100, 2016. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/17178>. Acesso em: 10 maio 2025.
- BENTO, Berenice. *A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.
- BEZERRA, Patrícia Araújo; CAVALCANTI, Pauline; MOURA, Leides Barroso de Azevedo. Colonialidade e saúde: olhares cruzados entre os diferentes campos. *Physis: Revista da Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 33, e33025, p. 01-17, 2023.
- BONDÍA, Jorge Larrosa. Notas sobre a experiência e o saber da experiência. *Rev. Brasileira de Educação*, [s.l.], n. 19, p. 19-28, 2002.



BUTLER, Judith. *Problemas de gênero – Feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CONNELL, Raewyn. *Masculinidades*. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2003.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil platôs – capitalismo e esquizofrenia*, vol. 1. Rio de Janeiro: Ed. 34, 2001.

FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2010.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade 1: A vontade de saber*. 11. ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Paz e Terra, 2021.

FOUCAULT, Michel. A ética do cuidado de si como prática de liberdade. Entrevista com H. Becker, R. Fomet-Betancourt, A. Gomez-Müller, em 20 de janeiro de 1984. *Concórdia Revista Internacional de Filosofia*, [s.l.], v. 6, p. 99-116, 1984.

GUERREIRO, André. Os homens transexuais brasileiros e o discurso pela (des)patologização da transexualidade. In: JESUS, Jaqueline Gomes de. (org.). *Transfeminismo: teorias e práticas*. Rio de Janeiro: Metanoia, 2014. p. 87-106.

JESUS, Jaqueline Gomes de. *Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos*. Goiania: UFG Sertão, 2012. Disponível em: <https://www.diversidadessexual.com.br/wp-content/uploads/2013/04/G%C3%8ANERO-CONCEITOS-E-TERMOS.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2025.

KASTRUP, Virgínia; BARROS, Regina Bonavides. Movimentos-funções do dispositivo na prática da cartografia. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana. (org.). *Pistas do método da cartografia*. Porto Alegre: Sulina, 2020. p. 150-171.

MALINOWSKI, Bronisław. *Os argonautas do Pacífico Ocidental*. São Paulo: Ubu Editora, 2018.

MIGNOLO, Walter. Desafios decoloniais hoje. *Rev. Epistemologias do Sul*, [s.l.], p. 12-32, 2010.

MIGNOLO, Walter. El pensamiento decolonial: desprendimiento y apertura: Un manifiesto. In: CASTRO-GOMEZ, Santiago; GROSGOUEL, Ramon (ed.). *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007b. p. 25-46. Disponível em: <http://www.unsa.edu.ar/histocat/hamoderna/grosfoguelcastrogoomez>. Acesso em: 15 jul. 2025.

NOBRE, Maria Teresa; AMORIM, Ana Karenina Arraes; FRANGELLA, Simone. Ethnography, Cartography, Ethnomapping: dialogues and compositions in the field of research. *Estud. psicol. (Natal)* [online], [s.l.], v. 24, n. 1, p.54-64, jan./mar. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.22491/1678-4669.20190007>. Acesso em: 15 jul. 2025.

OLIVEIRA, André Lucas Guerreiro. “Somos quem podemos ser”: os homens (trans) brasileiros e o discurso pela (des)patologização



da transexualidade. 2015. 118 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.

OYEWUMI, Oyeronke. *A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

PEÇANHA, Leonardo Morjan Britto; JESUS, Jaqueline Gomes de; MONTEIRO, Anne Alencar. Transfeminismo das transmasculinidades: diálogos sobre direitos sexuais e reprodutivos de homens trans brasileiros. *Rev. Brasileira de Estudos da Homocultura*, [s.l.], v. 06, n. 19, p. 90-104, Jan.-Abr. 2023.

PEIRANO, Mariza. Etnografia, ou a teoria vivida. *Ponto Urbe – Revista do núcleo de antropologia urbana da USP*, [s.l.], p. 1-11, 2008. DOI: 10.4000/pontourbe.1890.

PEIRANO, Mariza. *A favor da etnografia*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

PRECIADO, Paul Beatriz. *Texto Junkie – sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica*. São Paulo: n-1 edições, 2018.

PRECIADO, Paul Beatriz. *Dysphoria mundi: o som do mundo desmoronando*. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 2022.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad y modernidad-racionalidad. In: BONILLO, Heraclio. (comp.). *Los conquistados*. Bogotá: Tecer Mundo Ediciones; FLACSO, 1992. p. 437-449, 2005. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/36091067/Anibal-Quijano-Colonialidade-e-Modernidade-Racionalidade>. Acesso em: 15 jul. 2025.

RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento. (Feminismos Plurais, 2017).

SANTOS, Benjamin Vanderlei dos. Trafegando por mares, rios, dunas e folhas-secas: o entre-lugar das transmasculinidades no Nordeste brasileiro. 2024. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Natal, 2024.

CAZEIRO, Felipe; SOUZA, Emilly Mel Fernandes de; BEZERRA, Marlos Alves. (Trans)tornando a norma cisgênera e seus derivados. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 27, n. 2, e54397, 2019.

VERGUEIRO, Viviane. Pensando a cisgeneridade como crítica decolonial. In: MESSEDER, Suely; CASTRO, Mary Garcia; MOUTINHO, Laura (org.) *Enlaçando sexualidades: uma tessitura interdisciplinar no reino das sexualidades e das relações de gênero* [online], Salvador: EDUFBA, 2016. p. 249-270. Disponível em: <https://doi.org/10.7476/9788523218669.0014>. Acesso em: 15 jul. 2025.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. O Nativo Relativo. *Mana*, [s.l.], v. 1, p. 113-148, 2002.

